

A fé como expressão de compromisso com a vida, a justiça e a cidadania

Faith as an expression of commitment to life, justice and citizenship

Drance Elias da Silva
UNICAP-PE, Brasil.

Resumo

A relação fé e política como expressão de compromisso na vida cristã há muito vem sendo debatido e com bastante entusiasmo, dentro e fora da Igreja. A experiência que se busca fazer de um Deus verdadeiro passa, necessariamente, pelo engajamento dos cristãos com a vida em solidariedade ao outro que sofre. O Deus de Jesus na sua história sempre teve como horizonte a libertação, sobretudo, dos pobres. O presente texto toma como referência esse mesmo horizonte, e afirma como fundamental que a fé necessita de ações que resgate a dignidade do viver. A vida cotidiana de Jesus relatada por meio dos Evangelhos revela que, o grande pressuposto da mensagem cristã, é a pessoa humana. É Jesus mesmo quem diz e faz que isso seja percebido assim. A comunidade cristã como uma comunidade de sentido, sabe, que a luta pela justiça dá o tom e o conteúdo de nossas ações bem como não deixa vazia nossas orações.

Abstract

The relationship between faith and politics as an expression of commitment in the Christian life has long and enthusiastically been debated inside and outside the Church. The experience that is sought to be made of a true God necessarily passes through the engagement of Christians with life in solidarity with the suffering one. The God of Jesus in his history has always had liberation as a horizon, above all, of the poor. This article takes as reference the same horizon, and affirms as fundamental that faith needs actions that rescue the dignity of living. The daily life of Jesus reported through the Gospels reveals that the great presupposition of the Christian message is the human person. Jesus Himself says and causes this to be perceived this way. The Christian community as a community of meaning knows that the struggle for justice sets the tone and content of our actions as well as does not leave our prayers empty.

Palavras-chave

Fé cristã.
Vida cotidiana.
Igreja Católica.
Justiça.
Compromisso político.

Keywords

Christian faith.
Daily life.
Catholic Church.
Justice.
Political commitment.

Introdução

Meus irmãos, se alguém disser que tem fé, mas não tem obras, que lhe aproveitará isso? Se um irmão ou irmã, não tiverem o que vestir e lhes faltar o necessário para a sua subsistência de cada dia, e alguém dentre vós lhes disser: ‘ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos’ e não lhes der o necessário para a sua manutenção, que proveito haverá nisso? Assim também é a fé, se não tiver obras, será morta em seu isolamento (Tg. 2, 14-17).

Acontece que, ao passar dia de sábado pelas plantações, os discípulos começaram a abrir um caminho arrancando espigas. Os fariseus disseram-lhes: ‘vê como fazem eles o que não é permitido fazer no sábado?’. Ele respondeu: ‘nunca lestes o que fez Davi e os seus companheiros quando necessitavam e tiveram fome? Ele entrou na de Deus, no tempo do sumo sacerdote Abiatar, e comeu dos pães da proposição que só os sacerdotes podem comer, e os deu também aos companheiros’. Então lhes disse: ‘o sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado, de modo que o Filho do Homem é Senhor até do sábado’ (Mc. 2, 23-28).

Numa perspectiva teológica libertária, a experiência pessoal da fé, toda a realidade pessoal, comunitária, social e cósmica é perpassada pela presença divina, assim como inserida em um contexto de projeto histórico do Deus dos cristãos. A adesão a um Deus de libertação, que inspira uma mística de abertura ao “outro”, não fica restrita ao pertencimento no espaço do religioso e eclesial. A busca pela justiça de Deus está posta sob a inspiração de exprimir o desejo: a transformação do mundo. Os ideais sociais modernos, por exemplo, a liberdade, a participação, a fraternidade, a solidariedade, o respeito à diferença, à dignidade das pessoas, o cuidado com o outro... estão colocados como pressupostos da mensagem cristã. A fé que se exprime por esse eixo, diz seu compromisso com a política, afirmando-a como horizonte último da religião, isto é, a política busca, em última instância, o conteúdo da fé. Assim, a espiritualidade bem como sua reflexividade teológica libertária não corre risco de viver no vazio de piedosas abstrações, pois encontra na política o meio eficaz de sua efetiva encarnação. A tarefa da fé, sob tal ótica, não é vista e entendida como uma abstrata afirmação da existência de Deus, mas o discernimento concreto do Absoluto. Nesse discernimento, a fé em sua relação com a vida é tratada como matéria de amor.

Na concepção da uma espiritualidade libertária, o Deus de Jesus (MUÑOZ, 1986, 187s) age e fala pelos profetas, na coragem dos que são capazes de questionar e se opor à situação de morte de milhões de pessoas, no anúncio dos que proclamam

a esperança e nas propostas alternativas dos que se preocupam com a vida e a natureza. Em todas as nações prósperas, a má vontade de fazer alguma coisa para combater a pobreza tornou-se cada vez mais evidente (MOORE, 1999, p. 236). O pulsar libertário de uma espiritualidade aberta ao diálogo e à participação com o diferente exige sintonia com a perspectiva originariamente cristã: “O amor cristão, como o de Jesus no seu tempo, não desconhece o conflito da história humana. Assumi-o, propondo uma superação pelo afrontamento real, aceitando, na luta, o desafio e o julgamento da história. Esta é a lição da Vida, Paixão e Morte de nosso Senhor Jesus Cristo, realizador do designio do Pai, em meio à história concreta dos homens”¹.

A via de acesso ao Deus verdadeiro²

A tradição bíblica tem duas palavras que nos podem orientar. Ao falar da criação do mundo, diz-nos que, em vez de a humanidade projetar-se e criar seus deuses, foi Deus mesmo que se projetou e criou o homem e a mulher a sua imagem e semelhança, criou-os como reflexo de si mesmo, lugar de manifestação dos traços de seu rosto. As pessoas na história são o lugar da manifestação do absoluto. Escutar as vozes humanas será a condição imprescindível para a escuta da voz de Deus. O encontro com Deus não se dará pelos caminhos da alienação do humano, mas, ao contrário, pela inserção no mundo e pela relação entre as pessoas (Gn 1, 26-27). A outra palavra nos vem do Novo Testamento. Estamos habituados a pensar em Jesus da seguinte maneira: Jesus é Deus. E com essa frase pensamos saber alguma coisa sobre Jesus. Aplicamos a ele nossas representações espontâneas de Deus (grande, todo poderoso, imutável, onisciente, espírito perfeitíssimo...) e julgamos ter captado o que é Jesus. Ora, quando os discípulos pretendem ver o Pai, qual é a resposta? “*Quem me vê, vê o Pai*” (Jo 14, 5-11). Ou seja, inverte-se completamente

¹ D. Marcelo Carneiro em 1980, a propósito do III Encontro de Agentes e Animadores da Pastoral de Juventude do Nordeste, onde se discutia “Pastoral de Juventude e Meios Sociais”.

² Esse item é parte da palestra proferida pelo teólogo Sebastião Armando Gameleira Soares no Instituto de Teologia do Recife s/d. O referido autor hoje é bispo da Igreja Anglicana no Recife. Título da palestra: “Ateísmo Marxista e Fé Bíblica”. Essa perspectiva histórica encontra-se também situada na obra de Jon SOBRINO, teólogo de origem basca. Dentre as obras principais, destacamos: *Cristologia a partir da América Latina* (SOBRINO, 1982), *Ressurreição da verdadeira Igreja* (SOBRINO, 1984), *A oração de Jesus e do cristão* (SOBRINO, 1981), *Jesus, o libertador* (SOBRINO, 1993) e *O princípio Misericórdia* (SOBRINO, 1994).

a frase: Deus é Jesus. Em Jesus é que Deus se revela. Na experiência humana de Jesus de Nazaré, Deus manifesta os traços de seu rosto. Deus que muda fazendo-se pessoa humana, Deus que cresce “*em sabedoria e até em graça*”, como nos diz ousadamente o evangelista Lucas, Deus que não sabe, Deus que é carne, Deus que tem por mãe uma mulher pobre, Deus que morre como condenado na cruz... Estar atentos à história concreta de Jesus, eis a condição para perceber algo de Deus. Quer dizer, a experiência humana - “*eis o homem*”, diz-nos o evangelista João (Jo 19,5) é o lugar da busca de Deus. É do interior da vida humana que têm de brotar os critérios de discernimento para a crítica dos ídolos e para a busca do Deus verdadeiro. Do contrário esvaziamos o mistério da Encarnação: Deus se fez carne, isto é, experiência humana, história.

Ora, na vida humana, a forma mais alta de ser é ser em liberdade. E a liberdade é o ato da pessoa na sua relação com o mundo: com a comunidade, a sociedade, a história. Só é possível na abertura da pessoa para além de si mesma. A liberdade só se faz possível como dinamismo de autossuperação, de ultrapassagem, de transcendência. E o outro nome da transcendência é Amor, afirmação do outro, acolhimento de suas exigências e de sua diferença, dom da própria vida para criar vida. O apóstolo Paulo chega mesmo a dizer que, superada a lei, tudo nos é permitido, mas nem tudo é conveniente. E o critério de discernimento da conveniência é a necessidade do irmão. O outro se torna o critério e a exigência absoluta, condição para que se supere o regime da lei abstrata, o reino da necessidade e se estabeleça o regime da graça, o reino da liberdade.

Mas, como entender que um outro, tão limitado e relativo quanto eu, possa impor-se a mim com caráter de absoluto e até exigir o dom de minha própria vida? Nem mesmo a soma de todos os outros ultrapassaria o caráter de sua relatividade radical. Se alguém se tornou capaz de entregar-se por outrem é que na experiência do amor se lhe comunica uma dúplice revelação: há um absoluto que, para além de mim, me chama e me exige; e essa exigência ultrapassa e transcende a relatividade do outro pelo qual me entrego. No ato de amor, fazemos a experiência do absoluto e da transcendência. Isso quer dizer que, na história, a experiência da transcendência é experiência muito concreta: é a experiência da liberdade só possível no ato de amor. Concretamente, a transcendência é a transcendência do outro. Daí porque nos diz o apóstolo João que quem ama faz a experiência de Deus

(1 Jo 4, 7-10). Por isso, em toda a Bíblia, as exigências de Deus são as exigências do amor fraterno. E cada um de nós é chamado continuamente a acolher o outro, aquele que é diferente de nós, o necessitado, o estrangeiro - aquele que nos provoca a ultrapassar-nos. Porque a liberdade, que é a posse suprema de si, só acontece quando alguém já não vive mais para si, mas para além, voltado para um horizonte de autossuperação infinito. A liberdade é aceitação da morte para criar vida (Jo 12,24-25). Eis por que na Bíblia, e na fé cristã, não se trata de um deus afirmado como “um ser acima da natureza e do homem”. Em si mesmo, habita uma luz inacessível, ninguém jamais o viu e dele até Jesus só sabe falar por comparação com as realidades de nossa experiência. Dele temor é a experiência de uma presença salvífica em meio à vida - *“aquele que está aí”*, Yahweh. É um novo Espírito que nos invade, um dinamismo de amor que nos arrasta e transporta. Eis por que é impossível separar fé e amor. Eis por que, nas chamadas virtudes teológicas, fé, esperança e amor, antes de Deus ser objeto é sujeito em nós: a fé, mais do que fé em Deus, é ter olhos de Deus, assimilar sua lucidez e sua luz infinitamente penetrante, face à realidade; a caridade, antes de ser amor a Deus, é amor de Deus derramado em nossos corações, é ser movido por seu Espírito que nos impele à solidariedade na construção de uma obra que cria o bem para os outros, é querer bem como Deus quer bem; a esperança é a fidelidade inquebrantável de quem nunca rompe a aliança. Fé e esperança são duas dimensões do amor, sua lucidez e sua fidelidade até à morte.

Papel da Igreja na perspectiva de uma espiritualidade libertadora

À luz da perspectiva acima delineada e com interesse de refletir de um ponto de vista eclesiológico, perguntaríamos: qual o papel da Igreja? O que pensar como contribuição específica que a ela creditamos? Responderíamos: ela não pode fugir da sua herança.

A contribuição específica da Igreja não se identifica com esta ou aquela ação específica, particular e determinada, mas em revelar e mostrar, num primeiro momento, que todas as tentativas históricas de salvação e libertação, anunciadas por qualquer pessoa ou associações humanas e referentes a qualquer dimensão da vida (social, política, econômica, cultural, religiosa) passam pelo mistério de um

Deus libertador. Ao mesmo tempo, ela deve estar presente nela, apoiando, ajudando, e engajando-se. Num segundo momento, ela é chamada a celebrar as vitórias ou as derrotas desse processo libertário. O específico da Igreja, portanto, é sua vocação profética nos campos da ética e da escatologia.³: a fé cristã é marcada pela presença de Deus na História. Presença que aponta para a vida das pessoas: sua integridade, subjetividade, liberdade e solidariedade. A missão da Igreja é evangelizar, isto é, assumir esta vida em todas as suas dimensões, não por oportunismo religioso, mas por vocação. O caminho dessa vocação é o caminho de Jesus, seu seguimento na perspectiva da construção do Reino em seu sentido mais fundamental que é a *utopia escatológica*. Essa, a partir do lugar e da ótica dos humilhados econômica e culturalmente. Isso requer falar de economia, de política, de trabalho, de relações de trabalho, de perda de direitos, de miséria, de violência, de liberdade, de esperança de Jesus como perseguido pelos poderosos, humilhado, morto e ressuscitado, continuando sua paixão e sua caminhada para vida nova nos condenados da terra (BOFF, L.; REGIDOR; BOFF, C., 1996, p. 120). Nesse sentido, como cidadãos, como cristãos e como igreja, quando reunidos, devemos pensar nossa ação de modo global, procurando atingir o coração da vida e isso implica, necessariamente, tocar os grandes problemas que incidem na maneira de ser e de viver no lugar que moramos e atuamos.

Para que Deus quer a fé?

Ao nos atermos ao trecho da Carta de Tiago em epígrafe (Tg. 2, 14-17), resumiríamos afirmando: o que importa fundamentalmente é a vida. Mais precisamente, a vida do outro. O outro, sobretudo, que se encontra em condição de não-vida. Se o Concílio Vaticano II, na Encíclica “*Gaudium Et Spes*” nº 11, afirma que “a fé é um elemento que orienta a mente para resoluções plenamente humanas, em meio aos problemas que a história coloca”, a fé não pode ser algo morto, ou seja, ela não pode prescindir da vida e nem a vida em sua sede de “compreender”,

³ A Escatologia funda-se no núcleo central da fé num Deus da Vida, cujo projeto salvífico se estende sobre toda a história humana até sua plena realização na eternidade. Tal projeto não é concebido pela fantasia humana, mas revelou-se na *vida* (grifo nosso), morte e ressurreição de Jesus. Por isso, o dado escatológico fundamental é Jesus Cristo (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 15. 74s).

prescindir da fé, pois ela é um ato que decorre da adesão a certos valores que nos levam à prática, na defesa do outro e na busca e realização da justiça. A seguir, pontuo três⁴ valores imprescindíveis e que se encontram subjacentes a uma práxis que envolve conhecimento, convivência, solidariedade. Que envolve a luta por justiça e que, sob o ponto de vista da fé cristã, pelo menos, deveriam ser alimentos também das nossas orações, para que não sejam expressões vazias e de mera hipocrisia.

- a) *Cidadania*. Cidadania é a consciência de direitos democráticos, é a prática de quem está ajudando a construir os valores e as práticas democráticas. Cidadania é fundamentalmente a luta contra a exclusão social, contra a miséria, é mobilização concreta pela mudança do cotidiano e das estruturas que beneficiam uns e ignoram milhões de outros. É querer mudar a realidade a partir da ação com os outros, da elaboração de propostas, da crítica, da solidariedade e da indignação com o que ocorre entre nós. Cidadão é, portanto, a pessoa que tem consciência de seus direitos e deveres humanos e participa ativamente de todas as questões da sociedade.

No geral, a compreensão de cidadania é a consciência de direitos democráticos, é a prática de quem está ajudando a construir os valores e as práticas democráticas. Na América Latina, cidadania é fundamentalmente a luta contra a exclusão social, contra a miséria, é mobilização concreta pela mudança do cotidiano e das estruturas que beneficiam uns e ignoram milhões de outros. É querer mudar a realidade a partir da ação com os outros, da elaboração de propostas, da crítica, da solidariedade e da indignação com o que ocorre entre nós. Cidadão é, portanto, a pessoa que tem consciência de seus direitos e deveres humanos e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Um cidadão com sentido ético forte e consciência de cidadania não abre mão desse poder de participação. Uma sociedade democrática é uma relação entre cidadãos e cidadãs. É aquela que estimula e fundamenta-se na autonomia, independência, diversidade de pontos de vista e, sobretudo na ética. Ética, nesse sentido, como um conjunto de valores

⁴ Esses três valores aos quais me refiro, foram por mim apresentados, e aqui os coloco como destaques, da XXX ASSEMBLÉIA MUNDIAL PAX ROMANA, ICMICA\MIIC, sob o título "Manifesto à Fome, Cidadania, Política e Solidariedade". Congresso Internacional Global Governance, Global Justice: Africa as a Symbol and a reality. Nairobi - Quênia, 2008.

ligados à defesa da vida e ao modo como as pessoas se relacionam e organizam-se, respeitando as diferenças e defendendo a igualdade de acesso aos bens coletivos.

- b) *Política*. Esta não se reduz à manipulação dos indivíduos, não se limita a manifestações retóricas e abstratas sobre o interesse popular e nem se identifica com práticas de carreirismo profissional. A política que acreditamos valoriza a tomada de decisões diretamente pelas populações concernidas de modo transparente e participativo.

Na perspectiva da reflexão que toma a relação fé-vida aqui colocada, entende que a política é, acima de tudo, a capacidade de realização de alianças transparentes, feitas em função do bem coletivo e fundadas nos princípios da justiça social. Para que tais alianças não sejam manipuladas por interesses particulares e corporativistas, é imprescindível que as negociações entre indivíduos, entre grupos e entre instituições politicamente representativas se apoiem em reciprocidades mutuamente significativas. A invenção do pacto social a partir desse sistema de interações imediatas constitui o mecanismo de defesa principal, de um lado, contra as tentativas de privatização do espaço público, de outro, a favor da generalização das solidariedades afirmativas. Importante é proporcionar ao excluído não apenas o direito a partilhar os frutos da riqueza social, mas que lhe seja dada igualmente a oportunidade de retribuir o bem público recebido com iniciativas socialmente solidárias, mesmo que essas contrariem os interesses dominantes. Para que a política apareça como democracia direta e participativa, é necessário assegurar ao excluído o direito à oportunidade de receber, mas também de retribuir, de participar, de inventar, de intervir, de criar bens sociais e forjar vínculos duradouros, recuperando o sentido da vivência comunitária e democrática.

- c) *Solidariedade*. A justiça e a solidariedade, como promoção em defesa da vida, envolve um conjunto de atividades sociais que se situam para além do domínio do estritamente econômico e diz respeito, fundamentalmente, ao princípio de reciprocidade.

Em relação ao mundo de hoje com sua lógica mercantilista, parece tudo tão contraditório. Pois, por trás da racionalidade econômica que se costuma chamar de neoliberalismo esconde-se toda uma concepção do ser humano que reduz, de fato, a grandeza do homem e da mulher à sua capacidade de gerar uma renda monetária;

exacerba o egoísmo e a corrida para ganhar sempre mais; leva facilmente a atentar contra a integridade da criação e, com frequência, desencadeia a cobiça, a corrupção e a violência. Quando essas tendências se generalizam nos grupos sociais, o sentido comunitário, por exemplo, desaparece. Essa não é a dinâmica fundadora da nossa sociedade, pois ela trama contra todos nós, admitindo, como concepção de troca, uma lógica utilitarista e de escolha racional, o que é característico desse nosso tempo moderno. O nosso modo de ver baseia-se numa compreensão de troca em que essa envolve um conjunto de atividades sociais que se situam para além do domínio do estritamente econômico e que diz respeito, fundamentalmente, ao princípio de reciprocidade. A reciprocidade como dimensão política simboliza a prática de um fazer político que fortalece o exercício de uma concepção de democracia direta e participativa.

Jesus e a vida cotidiana

Através de um conjunto de textos onde Jesus se coloca inteiramente ligado à vida cotidiana de sua cidade, de seu povo, percebemos o quanto ele sabia da força que saía do dia a dia como possibilidade primeira de mudança das pessoas e das relações. Do ponto de vista de sua prática pedagógica, Jesus sabia que é na vida cotidiana que afirmamos, negamos, desejamos, aceitamos ou recusamos coisas, pessoas, situações. A gente participa dessa vida com todos os aspectos de nossa individualidade, de nossa personalidade: sentidos, capacidades intelectuais, sentimentos, paixões, ideias, ideologia etc. Nascermos, pois, inteiramente inseridos em nossa cotidianidade, e nos tornamos maduros à medida que vamos sendo capazes de viver por nós mesmos a nossa cotidianidade, de preferência com atitudes libertadoras e, para tanto, uma pedagogia que saiba tomar a vida cotidiana como referência. Quanto a isso, a prática pedagógica de Jesus nos fornece uma visão de sua sintonia com a realidade que estava em sua volta: Carlos Mesters e Francisco Orofini (2004, p. 81-83), destacam três passos que nos parecem de fundamentais observar para a referida prática pedagógica:

[a] *Uma pedagogia que parte da realidade.* Jesus convida as pessoas à reflexão a partir das coisas ou dos fatos mais corriqueiros. Salgar a comida (Mt. 5,13), acender uma lâmpada (Mt. 5,14), camponeses semeando (Mt. 13,4), mulher fazendo pão (Lc. 13,20), Juízes

corruptos (Lc. 18,2), trabalhadores desempregados (Mt. 20,7), filhos que saem de casa (Lc. 15,13)...Qualquer situação humana é material suficiente para Jesus transmitir um ensinamento. Sua pedagogia parte da observação, da realidade, do cotidiano. Nada de decorar conteúdos ou raciocinar em cima de abstrações, mas de analisar fatos e situações bem concretas. Partindo dessas situações caseiras, Jesus consegue fazer-se entender por qualquer pessoa (Lc. 10,21), permitindo que sua mensagem atinja a todos, sem discriminação (destaque dos autores).

[b] *Uma pedagogia participativa.* Ao optar pelo ensinamento por meio de parábolas, Jesus adota uma pedagogia de participação do ouvinte. (...) Ao adotar a parábola como instrumento pedagógico (Mc. 4,33), Jesus está sendo fiel ao pensamento e à cultura de seu povo. Ao construir suas histórias, seus contos, Jesus sabe que o alicerce *desse tipo de sabedoria* [grifo nosso] só se completa com a reação e a participação do ouvinte. Dessa forma, vemos que Jesus faz sua opção por uma pedagogia participativa e de fácil acesso, sendo compreendido por todos (destaque dos autores).

[c] *Uma pedagogia libertadora.* O pensamento construído a partir da parábola busca levar a pessoa a pensar dentro de uma lógica diferente. [...] Ao contar a parábola, Jesus chama a atenção para uma maneira diferente de resolver e enfrentar os problemas do cotidiano. É como se Jesus pedisse para que olhássemos para aquilo que está oculto nas coisas mais aparentes e banais. Dessa forma, por trás dos gestos corriqueiros que ele toma para transmitir seus ensinamentos, Jesus tenta colocar-nos diante do comportamento alógico de Deus (destaque dos autores).

Subjacente a esses três passos percebe-se que Jesus sabia que história não se faz só a partir dos grandes feitos e acontecimentos com seus personagens ilustres. A história, por certo, não era aquela ensinada nas escolas rabínicas onde o povo com suas vidas não eram considerados sujeitos históricos. Ficavam sempre à margem do fazer histórico. O olhar de Jesus, como acima se pode observar, direcionava-se para outras forças sociais: a ele interessavam as necessidades das pessoas, suas vidas, suas crenças e o jeito de viver no dia a dia. E uma das forças significativas da história estava aí nesse aspecto, e era daí que brotava uma dimensão revolucionária que deveria ser imitada ou seguida do ponto de vista pedagógico. Tudo isso porque, tendo Jesus em vista as novas necessidades de seu tempo e as novas situações das pessoas, teve coragem de ensinar coisas novas, bem mais exigentes mesmo contradizendo ensinamentos antigos e tradicionais (Mt. 5, 21-48).

Assim, para Jesus, quem faz a história são os pobres, o estrangeiro, a prostituta, as crianças, os doentes, as mulheres e todos os que sempre foram

considerados despossuídos de força e que, com suas vidas absorvidas pelo cotidiano, não acreditavam que delas podiam vir mudanças significativas para toda a sociedade.

As elites intelectuais dominantes do tempo de Jesus não podiam entender que o indivíduo é sempre, simultaneamente, um ser particular e ser genérico. Isto é, enquanto ser particular é um ser de necessidades. E que a dinâmica básica da particularidade individual é a satisfação dessas necessidades. Porém, enquanto ser genérico pode ser levado a sentir-se produto e expressão de suas relações sociais; e verem-se como herdeiros e preservador do desenvolvimento humano (HELLER, 1985, p. 1-15).

Sob tal inspiração pedagógica, o cristão é chamado ao desenvolvimento de sua práxis. Redirecionar seu olhar buscando perceber nas relações cotidianas como é possível imprimir um novo jeito de sentir, pensar e agir. O chão em que está pisando torna-se referência concreta para ações que demarcam novo caminho de mudanças. Afinal, temos um lugar e pertencemos a um determinado povo e cultura. A pedagogia de Jesus, essa que nos inspira como cristãos, pretende ser uma expressão de “coisas” que digam respeito à existência humana, às nossas relações que, exteriorizadas, são apreendidas subjetivamente como sinais e expressões que propiciam o nosso encontro, partilhado, no cotidiano, como comunicação e interação. Nos Manuscritos de 1884, Marx afirma:

É somente graças à riqueza objetivamente desenvolvida da essência humana que a riqueza da sensibilidade humana subjetiva é em parte cultivada, e é em parte criada, que o ouvido se torna musical, que o olho percebe a beleza da forma, em resumo, que os sentidos se tornam capazes do gozo humano, tornam-se sentidos que se confirmam como forças essenciais humanas. Pois não só os cinco sentidos, como também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.) em uma palavra, o sentido humano, a humanidade dos sentidos, constituem-se unicamente mediante o modo de existência de seu objeto, mediante a natureza humanizada (MARX, [S.d.], p.172).

Na sequência, afirma:

A objetivação da essência humana, tanto no aspecto teórico como no aspecto prático, é, pois, necessária, tanto para tornar humano o sentido do homem, como para criar o sentido humano correspondente à riqueza plena da essência humana e material (MARX, [S.d.], p.172).

Mas, há um aspecto na pedagogia de Jesus que não pode passar despercebido. A luta pela realização desse bem comum, com foco sobretudo na defesa dos pobres,

não se consegue sem enfrentar o conflito social, que é um elemento presente em todo processo histórico da humanidade. É justamente aqui que nós, cristãos, esbarramos na primeira e fundamental dificuldade: como enfrentar o conflito social se nossas análises, do ponto de vista sociológico, são ineficazes? E, ao mesmo tempo, se não conseguimos entender que “fé” é um ato que decorre da adesão a certos valores que nos levam à prática, na defesa do outro e na busca e realização da justiça? É por isso que o amor é práxis por excelência. Uma práxis que envolve conhecimento, convivência, solidariedade, - conhecimento que envolve a totalidade do ser humano em movimento, que envolve o ser humano no momento de conhecer e de vivenciar esse conhecimento.

Consideração final

Acontece que, ao passar num dia de sábado pelas plantações, os discípulos começaram a abrir um caminho arrancando espigas. Os fariseus disseram-lhes: ‘Vê, como fazem ele o que não é permitido fazer no sábado?’ [...] (Mc. 2, 23-28).

Para que Deus quer a fé? - Para que dela brote a justiça! Ao falarmos de projeto de Deus para o mundo, queremos com isso dizer que tal projeto implica a existência de um mundo justo, de relações de igualdade, de fraternidade, de direitos humanos em sua plena realização. Mais uma vez aqui não podemos prescindir da realidade quando falamos da “justiça que brota da fé”. No texto acima, lendo-o na íntegra, Jesus questiona uma ideologia, uma crença que sempre se fez passar por fé. Uma crença é uma ideologia, “é a adesão a certas concepções sobre a origem do mundo, sobre forças superiores que o conduzem, sobre a vida após a morte, os castigos infernais ou as recompensas paradisíacas que se pode esperar” (GARAUDY, 1995, p. 2). Ou seja, Jesus põe em questão uma falsa concepção de fé. Esse questionamento de Jesus se dá a partir de uma nova prática social no relacionamento entre as pessoas e numa nova imagem de Deus: um Deus que não decorre da crença, mas da fé. Da fé que é inseparável da própria vida em seu desenvolvimento. Uma fé que é um postulado, uma escolha, uma aposta, que orienta nossa vida inteira. Nesse sentido, vale lembrar o profeta Isaías, que nos mostra que a fé implica um desejo e uma vontade profunda de justiça social:

Ai daqueles que fazem decretos iníquos e daqueles que escrevem apressadamente sentenças de opressão, para negar a justiça ao fraco e fraudar o direito dos pobres do meu povo, para fazer das viúvas a sua presa e despojar os órfãos. O que farão vocês no dia do castigo, quando chegar a tempestade que vem de longe? (Is. 10, 1-3).

Não há salvação se de nossa fé não brotar a justiça. Fazer brotar a justiça de nossa fé tem um pressuposto básico: ela, a fé, encontra-se profundamente marcada pela práxis social e política, no sentido de que somos inspirados, motivados para o agir no campo da sociedade e, sobretudo, no campo da atividade política. Toda realidade pessoal, comunitária, social e cósmica está perpassada pela presença divina e inserida dentro do projeto histórico de Deus. Nesse sentido, adere-se a Deus não somente quando se está no espaço religioso e eclesial, mas fundamentalmente quando se engaja num projeto de transformação que visa mais à comunhão, que busca a transparência do poder, que entra em contato com movimentos ou pessoas cujas práticas se ordenam ao que chamamos Reino de Deus. Assim, “a racionalidade política, o jogo de poder como mediação para a transformação libertadora, aos olhos de quem vive a dimensão teologal da fé, são serviços a Deus e formas de ser um operador do reino” (LESBAUPIN, 1989, p. 10).

Diante do exposto, faz-se necessário lembrar que, os ideais sociais das sociedades modernas, como a liberdade, a participação, a fraternidade, a solidariedade, o respeito à dignidade de cada pessoa, o cuidado pelos fracos, têm suas raízes numa cultura permeada pela mensagem cristã que fez de tais conteúdos parte integrante de sua mensagem (LESBAUPIN, 1989, p. 14). A fé é o horizonte último da política, isto é, “o que a política busca, em última instância, é o conteúdo da fé. Por sua vez, a política é a mediação da fé no contexto latino-americano. Todos os propósitos cristãos caem no vazio de piedosas abstrações se não encontra, na política, o meio de efetiva encarnação” (LESBAUPIN, 1989, p. 27). Diante disso, a Carta de São Tiago, lida no início desse texto, consolida tal perspectiva quando nos leva a concluir que a política é o meio de realização das obras de fé (Tg. 2, 14-25).

Referências

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

BOFF, Leonardo; REGIDOR, José Ramos; Boff, Clodovis. *A teologia da Libertação. Balanço e perspectiva*. São Paulo: Ática, 1996.

MESTERS, Carlos; OROFINO, Francisco. A prática pedagógica de Jesus de Nazaré: um ensinamento novo dado com autoridade. In: BEOZZO, José Oscar. (Org.) *Educar para a justiça, a solidariedade e a paz*. São Paulo: CESEP; Paulus, 2004.

GARAUDY, R. *Deus é necessário?* São Paulo: Editora J Z E, 1995.

SOBRINO, Jon. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOBRINO, Jon. *Jesus, o libertador*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SOBRINO, Jon. *O princípio Misericórdia*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOBRINO, Jon. *Ressureição da verdadeira Igreja*. São Paulo: Loyola, 1984.

SOBRINO, Jon. *A oração de Jesus e do cristão*. São Paulo: Loyola, 1981.

LIBANIO, J. B.; BINGEMER, M. C. *Escatologia cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LESBAUPIN, Ivo. *Fé e Política*. Petrópolis: CDDH, 1989.

MARX, K. *Manuscritos, econômicos e filosóficos*. São Paulo: Paz e Terra, s/d.

MUÑOZ, Ronaldo. *O Deus dos Cristãos*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MOORE, Barrington. *Aspectos Morais do Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Trabalho submetido em 11/04/2018.

Aceito em 10/05/2018.

Drance Elias da Silva

Pós-doutorado pela Escola Superior de Teologia (EST-RS) e Doutorado em Sociologia pela UFPE. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião e do Bacharelado em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco. País de origem: Brasil. E-mail: dranceelias1991@gmail.com